

Ata da reunião do Comitê ODS, realizada aos vinte e seis do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, com início às 10h, nas dependências do Auditório, quinto andar do Paço Municipal, situado à Praça Mauá, s/nº, Centro, Santos.

Estiveram presentes, conforme lista acostada ao original desta ata, os representantes das seguintes secretarias e /ou autarquias: Gabinete do Prefeito Municipal, GPM, Secretaria de Assuntos Portuários e Projetos Especiais, SEPORTE, Secretaria de Comunicação e Economia Criativa, SECOM, Secretaria Municipal de Educação, SEDUC, Secretaria Municipal de Obras e Edificações, SEOBE, Secretaria de Meio Ambiente Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, SEMAM, Secretaria da Mulher, Cidadania, Diversidade e Direitos Humanos, SEMULHER, Secretaria de Saúde, SMS, Secretaria Municipal de Segurança, SESEG, Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, SEINFRA, Secretaria de Prefeituras Regionais, SEPREF, Secretaria Municipal de Turismo, Comércio e Empreendedorismo, SETUR, Secretaria Municipal de Esportes, SEMES, Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, SEFIN, Secretaria Municipal de Governo, SEGOV, Ouvidoria e Controle, OC, Companhia de Engenharia e Tráfego, CET, Companhia de Habitação da Baixada Santista, COHAB, Fundação Parque Tecnológico, FPTS, Instituto de Previdência Social de Santos, IPREV, Progresso e Desenvolvimento de Santos, PRODESAN. Também houve a presença de visitantes, Jéssica de Paiva Ribeiro, CAPEP, Caliel Campos, SEPREF, Édson Zepin, GPM, Mauricio Uehara, CET e Felipe Freitas Gargiulo, SECULT. Pela articulação do comitê ODS.: Fábio Tatsumi Maeshiro, que presidiu a reunião, com assessoria dos integrantes do Departamento de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, DEPODS, Gerson Bento Silva, Viviane Silva de Paula, Lúcia Flávia Martins da Silva e Barbara Renilze Camargo de Oliveira. Aberta a sessão, o Diretor do Departamento de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Sr. Fábio Tatsubô saudou os presentes, destacando a importância da disponibilização e qualificação dos espaços públicos para debates e construção de soluções em ODS. Na sequência, o Diretor do DEPODS situou a cidade de Santos no contexto regional e nacional, ressaltando características como território relativamente pequeno e denso, ambiente propício à articulação de ecossistemas de inovação, universidades, coletivos e diferentes atores sociais. Destacou que a consolidação de políticas de desenvolvimento sustentável depende fortemente de consistência, continuidade e uso intensivo de dados abertos e microdados, que alimentam plataformas de monitoramento e permitem comparabilidade com outras cidades, tanto no setor público quanto no privado. Foi enfatizado que a cidade vem sendo referência em determinadas agendas de ODS, tendo participado de redes e iniciativas nacionais e internacionais, mas que ainda há desafios importantes relacionados a cultura, desigualdades e discriminação, incluindo racismo, homofobia, desigualdade de gênero e vulnerabilidades de populações negras, periféricas e pessoas com deficiência. O Diretor salientou que “medir é o primeiro passo” e que o avanço só será possível se as políticas públicas estiverem conectadas aos diferentes grupos sociais e aos dados que retratam a realidade municipal. O senhor Fábio apresentou, em linhas gerais, a trajetória recente de jornadas, ciclos de formação e estudos sobre ODS/Agenda 2030 e governança sustentável conduzidos pelo DEPODS, destacando que, apesar de conquistas relevantes, identifica-se a necessidade de uma nova etapa, com foco mais direto em ações concretas, mensuráveis e com impacto social, sem perder a articulação com indicadores e avaliações externas sobre o desempenho da cidade. Foi informado que está em desenvolvimento uma nova jornada em parceria com universidades, que tem como proposta envolver estudantes e pesquisadores em desafios reais apresentados pelo Município, com desenvolvimento de soluções tecnológicas, sociais e de gestões alinhadas aos ODS. Essa jornada está vinculada as redes globais e programas de avaliações e metórias, visando qualificar ainda mais os projetos e auxiliar na priorização de áreas e indicadores em que Santos precisa avançar. Na sequência, o Diretor tratou especificamente da agenda de dados abertos, microdados e indicadores de cidades sustentáveis. Explicou que o Município vem participando de iniciativas que utilizam

54 microdados para identificar vulnerabilidades, orientar o planejamento estratégico e
55 subsidiar a tomada de decisão da alta liderança. Foi ressaltado que muitos dos
56 indicadores que compõem os diagnósticos e rankings de cidades sustentáveis são
57 produzidos por fontes externas, e que a Prefeitura precisa se organizar internamente para
58 fornecer informações, alimentar sistemas e responder de forma tempestiva às demandas
59 dessas plataformas. O senhor Fábio destacou a importância da articulação entre o Comitê
60 ODS, as secretarias setoriais e a alta gestão (prefeito, secretários e dirigentes de
61 autarquias). Ressaltou que a governança dos ODS exige da liderança da Ouvidoria e dos
62 secretários o cumprimento do PDM (Plano de Metas), estabelecido pelo Prefeito Rogério
63 Santos em 2 de janeiro de 2025, na primeira reunião do secretariado.

64 Foi lembrado que existem metas e compromissos assumidos, inclusive junto ao
65 Legislativo, cuja execução depende de planejamento prévio, abrangendo processos
66 licitatórios e contratações que, em regra, demandam prazos mínimos de vários meses.
67 Nesse contexto, o Diretor alertou para a janela de oportunidade até o final do exercício,
68 observando que a administração municipal tem o compromisso de entregar o máximo
69 possível das metas do plano de governo e dos planos vinculados à Agenda ODS.

70 Assinalou ainda que, caso algumas iniciativas não sejam desencadeadas com a
71 antecedência necessária — especialmente as que exigem licitação ou articulação
72 intersetorial mais complexa — haverá risco de descumprimento de metas e de fragilização
73 da imagem do Município em avaliações externas. Reforçou, ainda, a necessidade de que
74 as demandas estratégicas relacionadas aos ODS cheguem de forma estruturada às
75 secretarias e autarquias, de modo que sejam incorporadas à rotina e aos instrumentos de
76 gestão. Foi também registrado em ata o apelo do Diretor para que as secretarias
77 indiquem, com urgência, os responsáveis internos pela interface com o DEPODS e pelo
78 atendimento às demandas de dados, informações e projetos vinculados aos ODS,
79 considerando-se que o prazo operacional para organizar, contratar e executar ações no
80 corrente exercício é reduzido. Ressaltou-se que o processo de licitação, quando
81 necessário, tem prazos próprios, muitas vezes superiores a seis meses, de modo que a
82 falta de planejamento pode inviabilizar entregas importantes. No tocante aos rankings e
83 instrumentos de financiamento vinculados à pauta de cidades sustentáveis, o senhor
84 Fábio citou, entre outros, a importância de programas que utilizam indicadores de
85 desempenho das obras e políticas financiadas. Explicou que há indicadores que medem,
86 por exemplo, o andamento de obras com recursos da Caixa e que podem impactar tanto a
87 imagem da cidade quanto o acesso a novas linhas de financiamento. Nesse sentido,
88 reforçou que é imprescindível a articulação entre o Comitê ODS, as secretarias
89 responsáveis pelas obras e a área de planejamento/finanças, pois muitos indicadores são
90 transversais: embora formalmente alocados em um objetivo (como “água e saneamento”
91 ou “cidades sustentáveis”), sua materialização depende da atuação conjunta de várias
92 áreas. O Diretor relatou ainda experiências recentes do Município em programas de
93 formação, capacitação e projetos com foco em mulheres em situação de vulnerabilidade
94 social, ressaltando o papel de parcerias com instituições financeiras, sociedade civil
95 organizada e empresas privadas na viabilização de cursos, bolsas e ações de
96 empreendedorismo. Exemplificou iniciativas em que foram concedidas bolsas, uniformes
97 e materiais para participantes, bem como conteúdos relacionados à sustentabilidade e à
98 transição ecológica, reforçando que esses projetos se conectam diretamente aos ODS de
99 combate à pobreza, redução de desigualdades, igualdade de gênero, trabalho decente e
100 crescimento econômico. Foi feito um alerta quanto à responsabilidade pública e à
101 necessidade de coerência entre o discurso e a prática: se, por um lado, a cidade vem
102 comunicando à sociedade sua inserção em agendas de vanguarda em sustentabilidade e
103 ODS, por outro, eventuais retrocessos na execução de metas e compromissos podem
104 descredibilizar essa narrativa. O Diretor enfatizou que este é um momento de alta
105 responsabilidade, em que a administração precisa transformar o acúmulo de diagnósticos,
106 estudos e jornadas formativas em ações concretas, com resultados visíveis e

107 mensuráveis. No âmbito da pauta de resíduos sólidos e economia circular, foi mencionado
108 o potencial da lei estadual que trata da realização de eventos com metas de redução,
109 reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como exemplos de eventos “lixo
110 zero” realizados no Município com participação da sociedade civil. O senhor Fábio
111 destacou que há oportunidades de aproveitar grandes eventos (como o carnaval) para
112 aumentar a reciclagem, gerar renda para cooperativas e famílias em situação de
113 vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, reduzir significativamente o volume de resíduos
114 destinados a aterros. Citou estimativas de toneladas de resíduos passíveis de reciclagem
115 e valores financeiros potenciais a serem revertidos em benefício de populações de baixa
116 renda, enfatizando que a internalização da legislação estadual e a articulação intersetorial
117 são fundamentais para transformar essas oportunidades em políticas permanentes. Em
118 relação à governança de dados, o Diretor informou que está em curso um processo de
119 estruturação de uma nova instância ou núcleo para monitoramento de dados e
120 indicadores, que deverá complementar o trabalho já realizado pelo DEPODS. Explicou
121 que o desafio de organizar a “massa de dados” do Município só é superado quando se
122 melhora o processo de entrada (input) das informações, com definição clara de
123 responsáveis, fluxos e padrões. Reforçou que a colaboração das secretarias, autarquias e
124 demais órgãos é essencial para que os dados sejam alocados corretamente, associados
125 às competências de cada área e utilizados para planejamento, monitoramento e
126 prestação de contas à sociedade. Assinalou que todos os presentes serão convidados a
127 acompanhar a consolidação dos dados e a contribuir com a leitura crítica dos resultados,
128 a fim de fortalecer a cultura de gestão orientada por evidências no Município. Ao final, o
129 Diretor reiterou o pedido para que, em prazo aproximado de 30 dias, os órgãos
130 representados no Comitê encaminhem ao DEPODS as informações, dados e indicações
131 necessárias para viabilizar a agenda de dados abertos e a organização dos microdados
132 relacionados às políticas sob sua responsabilidade. Enfatizou que a colaboração
133 tempestiva permitirá que o Município avance na qualificação de seus indicadores, melhore
134 sua posição em avaliações externas e, principalmente, utilize essas informações para
135 aprimorar o planejamento e a entrega de serviços à população.
136 Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada.

137

138

139 Santos, 26 de maio de 2026.

140

141

142

143

144

145

146

147

148

Fábio Tatsumi Maeshiro
Articulação Comitê ODS
(assinado no original)